

TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: TENSÕES E CONFLITOS

Kamylla Pereira Borges¹

RESUMO

Este estudo busca discutir a relação entre o trabalho docente e a saúde dos professores, na atual conjuntura da precarização e alienação do trabalho. Para tanto partimos da realidade vivida e pensada por professores de duas instituições públicas de uma cidade do interior de Goiás, uma da rede estadual e outra da rede municipal, aferida em uma coleta de dados empíricos por meio de questionários e entrevista semi-estruturada. Os dados foram analisados a luz dos princípios do Materialismo Histórico Dialético, buscando articular o objeto de pesquisa e seus múltiplos determinantes. Podemos inferir que a precarização e intensificação das condições de trabalho dos educadores, resultantes de um processo de alienação, contribuem para que manifestações de problemas de saúde se tornem frequentes e os professores muitas vezes têm que conviver com sinais e sintomas patológicos de diversos tipos.

Palavras-chave: Trabalhadores Docentes. Saúde. Alienação do Trabalho

INTRODUÇÃO

O trabalho e a saúde possuem uma íntima relação que não pode ser analisada fora do contexto em que o trabalho é realizado, o que implica a necessidade da compreensão dos múltiplos determinantes que envolvem o processo de adoecimento dos trabalhadores docentes. O que nos remete ao esforço de compreensão das relações sociais, econômicas e políticas que circundam o processo saúde-doença. Dessa forma, é preciso estabelecer uma relação entre trabalho, educação e saúde que priorize a compreensão dos diversos processos e estruturas constituídos e constituintes do trabalho docente com o contexto do adoecimento do professor na atual configuração da sociedade.

Nessa perspectiva entendemos a saúde em um sentido amplo resultante das condições de alimentação, habitação, educação,

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás – UFG/GO, Doutoranda em Ensino na Saúde pela Universidade de Brasília – UnB. E-mail: mylla567@gmail.com.

renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso aos serviços de saúde (BRASIL, 1986). Assim, o processo saúde-doença é também influenciando por relações sociais, econômicas e políticas indo além da visão biológica e genética da saúde.

Por conseguinte, as mediações do trabalho docente são elementos fundamentais na constituição da saúde ou não saúde no professor. Tais mediações são compreendidas como: precarização e intensificação das condições de trabalho dos educadores, resultantes de um processo de alienação do trabalho.

Historicamente a precarização e intensificação do trabalho docente é o resultado das alterações econômicas, socioculturais, políticas e ideológicas resultantes da crise estrutural do sistema capitalista ocorridas no final do século XX e início do século XXI. Esta crise gerou a necessidade da reformulação de um novo ciclo de acumulação, no qual a doutrina do neoliberalismo foi retomada o que ocasionou a reforma do Aparelho do Estado. A reforma do Estado trouxe em seu bojo diversas reformas educacionais subsequentes (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003).

Nesse processo surgiram novas definições e concepções de qualidade educacionais, influenciadas por diversas agências multilaterais e fundações vinculadas a grandes grupos empresariais. Com destaque para os organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, OCDE, UNESCO, entre outras) que entram em cena para mediar os ajustes necessários para que os sistemas educacionais atendessem as demandas da nova ordem do capital. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003, OLIVEIRA, 2000; FONSECA, 1998, ENGUITA, 1994)

Esse movimento afetou diretamente a atuação dos professores, trazendo novas exigências e resultando em uma maior intensificação de seu trabalho. O docente passa a ter que dedicar mais tempo à escola, dentro e fora da sala de aula, surgem novas demandas na gestão escolar devido aos padrões de eficiência e excelência preconizados pelo Estado (OLIVEIRA, 2002).

Assim sendo, o empobrecimento de suas condições de trabalho aliado ao excesso de imposições e expectativas dentro e fora do ambiente escolar e a intensificação do trabalho do professor resultam em repercussões negativas sobre sua saúde física e mental.

Nesse cenário, o trabalhador docente tende a adoecer. Várias pesquisas têm demonstrado que um grupo considerável de professores tem sido marcado por processos de adoecimento resultantes da precarização e complexidade de seu trabalho (GASPARINI, BARRETO e ASSUNÇÃO, 2005; PASCHOALINO, 2009; PORTO et al, 2004; REIS, et al; 2005; DELCOR, 2004).

Um dado em comum em todas as pesquisas reportadas é a constatação da presença massiva das mulheres no exercício docente, o que demonstra que os trabalhadores da educação constituem de fato, até a atualidade, uma categoria essencialmente feminina. Além disso, há estudos que demonstram que as mulheres que estão há mais tempo na docência apresentavam uma carga de trabalho duas vezes maior que a dos homens. Sendo mais acometidas por problemas de saúde que seus colegas do sexo masculino (ARAÚJO et al, 2006).

Além desses fatores, não podemos ignorar a influência da baixa remuneração recebida pelos educadores no processo de intensificação de seu trabalho. Os professores não estão conseguindo prover suas condições materiais de existência apenas com o salário recebido. Essa discrepância torna imperativo que os educadores trabalhem em mais de um local, dupliquem ou até mesmo tripliquem sua carga horária de trabalho para adquirirem uma remuneração mínima que garanta sua sobrevivência.

Nas pesquisas citadas anteriormente (GASPARINI, BARRETO e ASSUNÇÃO, 2005; PASCHOALINO, 2009; PORTO et al, 2004; REIS, et al; 2005; DELCOR, 2004), percebemos que essas condições imediatas do trabalho dos professores: como salas super lotadas, baixos salários e etc, tem sido muito estudadas como desencadeantes do adoecimento docente, mas a maioria dos autores desconsidera o contexto social e político e a conjuntura do trabalho alienado nesse processo. Nessa pesquisa pretendemos ir além do fenômeno aparente, não só correlacionando a falta de condições adequadas para o trabalho docente e a manifestação de doenças, mas discutindo também a problemática do trabalho e trabalhador docente no modo de produção capitalista e como isso interfere em sua saúde.

Portanto, é preciso considerar que o trabalho docente é também perpassado pela luta de classes. Na medida em que os professores são trabalhadores que vendem sua força de trabalho ao

Estado, recebendo em troca um salário para garantir a reprodução de suas condições materiais de existência.

Ao pertencer à classe trabalhadora os professores estão sujeitos à lógica de exploração da classe dominante, que detém os meios de produção. De modo que os conflitos e interesses manifestos nas contradições referentes ao trabalho docente, dos quais podemos destacar as reformas e transformações ocorridas devido à formulação das políticas educacionais, seguem a lógica linear da manutenção do modo de acumulação capitalista vigente.

Desse modo, por ser a saúde também resultante das relações do homem com seu trabalho e com a sociedade em que vive, o processo de adoecimento docente tem estreita ligação com a alienação do trabalho. Pois o trabalho alienado leva a uma vida alienada, que provoca marcas tanto no físico quanto no subjetivo do indivíduo, o que pode ser manifesto de maneira fisiológica através do surgimento de patologias relacionadas ao desenvolvimento de seu trabalho.

Antes de discutirmos o trabalho alienado é importante nos atentarmos para o conceito de trabalho na perspectiva marxiana. Para Marx, o trabalho é humanização, criação, recriação; é transformação dos elementos da natureza ao redor. O que distingue o ser humano dos outros seres é sua capacidade de ação transformadora consciente - a práxis. E o trabalho é, justamente, a manifestação da práxis. Ao trabalhar, o homem não apenas se reproduz intelectualmente, mas ativamente e em sentido real, pois ele vê a si mesmo no que foi produzido por suas próprias mãos. Assim, o trabalho é categoria fundante da humanização, é ontológico do ser humano, é através dele que a humanidade transforma sua própria realidade e forja suas condições materiais de existência (MARX, 2001).

Já o trabalho alienado é o estranhamento do trabalhador em relação ao trabalho realizado, ao produto de seu trabalho e a ele mesmo. O estranhamento corresponde ao afastamento do homem de sua essência humana, sua reificação, ou seja, sua conversão em coisa. Ao se submeter a um trabalho alienado o trabalhador é degradado espiritualmente e materialmente, perde sua espontaneidade e capacidade criativa, torna-se engessado dentro de uma lógica que não o satisfaz (MARX, 2001).

Todo movimento de produção, consumo e manifestação das organizações humanas como o Estado, moral e a ciência, constituem modos particulares da produção e se submetem a lei geral do

trabalho alienado (MARX, 2001). Por conseguinte, todo o processo de transformações ocorridas nos últimos anos na constituição do trabalho docente não pode ser analisado fora do conceito de alienação do trabalho, pois está intimamente e historicamente relacionado a ele.

A questão da alienação do trabalho docente ainda é controversa para alguns autores, Paro (2006) e Saviani (1983, 1991), por exemplo, acreditam que o trabalho do professor não pode ser completamente alienado, pois o modo de produção estritamente capitalista não se aplica a atividade docente. No entanto, aqui nos posicionamos de maneira diferente, pois acreditamos que em maior ou em menor grau todos os trabalhos desenvolvidos na contemporaneidade estão sob a lógica organizacional capitalista, marcada predominantemente pela propriedade privada, trabalho assalariado e a transformação do trabalhador em mercadoria.

O trabalho docente possui especificidades que o diferencia do trabalho realizado nas fábricas, no entanto isso não o torna imune a alienação do modo de produção capitalista. Dessa forma vamos detalhar as características da atual conformação do trabalho docente que o tornam alienado e como essa alienação interfere na sua vida e saúde.

Primeiramente o professor só pode realizar sua função na forma de trabalho assalariado, seja tendo o Estado ou o setor privado como patrão. Assim sendo, ele assume a forma de uma mercadoria, sujeito aos altos e baixos da lei da oferta e procura do mercado capitalista. Como trabalhador assalariado, o docente perde parte da sua autonomia para execução e planejamento de seu trabalho, pois seu trabalho passa a ser pensado e planejado de acordo com interesses ideológicos dominantes.

Diante desse quadro, o produto do trabalho docente – o saber que é ofertado e incorporado a personalidade do aluno (PARO, 2006) - se torna alheio e hostil ao professor, pois esse saber não provém diretamente de suas concepções, mas é um saber artificial, Ou seja, o saber disponibilizado pelos trabalhadores docentes hoje, não está voltado para humanização do indivíduo, mas para sua desumanização, já que tem como principal objetivo produzir sujeitos que se adéquem as exigências do mercado. O que significa também que o trabalho docente é um trabalho alienado voltado

para produzir sujeitos alienados que contribuam com manutenção do sistema vigente.

Estes são os aspectos objetivos da alienação do trabalho docente: assalariamento, perda da autonomia, controle de seu processo de trabalho, expropriação de seu saber e um produto alheio a sua vontade. Resta agora analisarmos os aspectos subjetivos desse processo de alienação. Saviani (2004) argumenta que a alienação esta situada tanto no plano objetivo quanto subjetivo, o aspecto subjetivo envolve o não reconhecimento do homem de si mesmo, perdendo o vínculo com os outros homens e com o trabalho realizado.

Esse aspecto é marcante na atuação do professor, ele se esforça ao máximo para desenvolver um trabalho considerado eficiente de acordo com os atuais padrões de produção, mas conseguindo ou não essa 'eficiência', ele não se reconhece no que produziu.

Diante do exposto, questionam-se quais os determinantes sociais do adoecimento docente no contexto de empobrecimento das condições de trabalho e do trabalho alienado? Desse modo, o presente artigo tem como objetivo principal analisar como se dá a relação entre o trabalho docente e a saúde dos professores da educação pública de uma cidade do interior de Goiás, na atual conjuntura da precarização e alienação do modo de produção capitalista.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa orientada pelos princípios do materialismo histórico dialético. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a realidade não é simples, configurando-se uma síntese de "múltiplas determinações", em que os dados provenientes da investigação nos deram subsídios para estabelecer as relações, nexos e mediações necessárias à produção do conhecimento e aproximação da realidade (MARX, 1978). Partimos das particularidades (neste caso o trabalho docente) para a totalidade (alienação e precarização do trabalho); de forma a situar o problema, que é o adoecimento docente, dentro de um contexto complexo e ao mesmo tempo apontar as contradições possíveis no âmbito do real, relacionando sempre com o contexto político vinculado à realidade observada.

A pesquisa de campo foi realizada em uma cidade do interior de Goiás, em três etapas:

1º- Primeiramente realizamos um levantamento do número de escolas públicas da cidade em questão. Em cada instituição foram colhidos dados sobre o quantitativo de professores atuantes, tanto os vinculados através de contratos temporários, como os concursados, bem como o número de alunos matriculados e a modalidade de ensino (educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio). A partir dos dados iniciais optamos por realizar a investigação em duas instituições de ensino, uma da rede municipal e outra da rede estadual.

Foram utilizados três critérios básicos para a escolha das instituições escolares: 1º) maior abrangência das modalidades de ensino, isto é, a escola estadual que oferecia desde o ensino fundamental, primeira fase, até o ensino médio; e a escola municipal que atendia desde a educação infantil até a primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano). 2º) Maior número de professores concursados. 3º) Maior quantitativo de alunos matriculados. Diante desses critérios seletivos, acreditamos que as escolas escolhidas apresentaram uma maior diversidade de situações de trabalho, o que conferiu uma maior riqueza aos dados empíricos coletados.

2º- Uma vez selecionadas as escolas, entramos em contato com a direção e coordenação, expomos o objeto da pesquisa e solicitamos uma autorização para realizar o estudo em seu ambiente de trabalho. Após autorização prévia da gestão administrativa, realizamos o levantamento dos professores que realmente estavam em exercício pedagógico em sala de aula e que possuíam vínculo empregatício efetivo com o estado ou município. Foram descartados como sujeitos da pesquisa aqueles docentes que exerciam cargos administrativos e/ou que trabalhavam sob o regime do contrato temporário.

3º- Nessa etapa foi composta a amostra da pesquisa através de uma seleção aleatória que contemplava os docentes que se encaixavam nos critérios citados na 2º etapa. De um total de cinquenta e dois professores atuantes, foram selecionados aleatoriamente vinte e oito como sujeitos do estudo, quatorze professores da rede estadual e quatorze da rede municipal. Foram propostos dois instrumentos de coleta de dados: um questionário que visava coletar informações iniciais sobre a organização e as relações de trabalho existentes nas instituições e uma entrevista semi-estruturada, elaborada a partir dos elementos do questionário, enfatizando a questão do trabalho docente e sua relação com a

saúde e precarização do trabalho. Todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para interpretação dos dados foi utilizada a Técnica de análise de conteúdo.

Para manter o compromisso ético com as professoras e os professores investigados, preservamos seus nomes, bem como o nome das instituições onde trabalhavam. Ao transcrever seus depoimentos para ilustrar alguma questão, utilizamos para identificá-los a numeração de um a vinte oito, indicando quais docentes pertenciam ao sistema de ensino municipal e/ou estadual.

Para estabelecer os nexos e mediações necessárias para a compreensão do objeto de estudo em questão, foi preciso estabelecer uma articulação entre os dados empíricos coletados com as reflexões teórico-metodológicas. Para tanto estabelecemos um diálogo com a teoria marxiana, procurando apreender e expor o trabalho como categoria central para análise da realidade social. Nesta perspectiva utilizamos como arcabouço teórico-conceitual, referenciais pautados nas obras de Marx (2001; 1978) e a partir de seu conceito de trabalho e alienação procuramos estabelecer elos com vários outros autores, dentre os quais se destacam: Mészáros (2009) Paro (2006) e Saviani (1983; 1991, 2004) Oliveira (2002; 2007), Hypolito (1999; 2009).

Partindo do resultado dos dados empíricos coletados, analisamos as categorias determinantes que compõe a saúde dos trabalhadores da educação pública da cidade em questão de acordo com as contribuições teóricas mencionadas.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram realizadas 28 entrevistas: 14 com professores da rede municipal e 14 da rede estadual. A partir das entrevistas e dos questionários pudemos traçar o perfil socioeconômico dos trabalhadores docentes participantes do estudo. A maioria pertence ao gênero feminino (96%), com mais de dez anos de atuação em sala de aula (61%), casadas e com filhos (70%), com renda mensal de até três salários mínimos (43%) e com média de idade de 38 anos. Em relação às condições de trabalho: 46% tem 40 ou mais alunos na sala, 42% trabalha com 30 a 39 alunos em sala, 38% trabalham 40 horas, 37% trabalham 30 horas, 61% tem até 10 horas extra sala por semana.

Durante a análise dos dados três categorias centrais, relacionadas ao processo de adoecimento dos professores, emergiram da fala dos participantes: dificuldades relacionadas às condições de trabalho propriamente ditas (excesso de carga horária, baixos salários, salas superlotadas, aumento do trabalho extra, falta de materiais pedagógicos e estrutura física), dificuldades voltadas para a relação professor aluno (desinteresse, indisciplina, agressividade e falta de acompanhamento dos pais) e o aumento do tempo de trabalho.

Para explicitar os determinantes das manifestações de adoecimento entre os sujeitos da pesquisa, buscaremos analisar essas categorias centrais no contexto da precarização e alienação do trabalho docente. Assim sendo, refletimos sobre os seguintes pontos: as reformas educacionais e suas repercussões no trabalho pedagógico, a organização e condições de trabalho na escola, os conflitos da relação professor/aluno e as manifestações de adoecimento entre os sujeitos da pesquisa.

Em relação às dificuldades relacionadas às condições de trabalho, nota-se que grande parte convive diariamente com salas super lotadas e com prolongamento da jornada de trabalho dentro e fora da sala de aula. Estes aspectos são reforçados pelas falas dos professores que demonstram grande insatisfação com o excesso de alunos nas classes e com o aumento da carga horária.

Problemas mesmo que eu acho, é que as salas são muito lotadas, aí a gente encontra dificuldade porque tem muito aluno que ta desinteressado, aluno que não sabe ler, não quer participar, então esse é o principal problema que eu encontro. As condições não são adequadas (para o desenvolvimento do trabalho) porque para desenvolver um bom trabalho eu teria que ter o mínimo de alunos, sala de 40 quase 45 alunos não tem condições, até o espaço não é bom, então não tem um bom resultado.(Professora 3 – rede municipal)
Então assim eu acho que a carga horária ela é... ela é muito alta em termos do que a gente pode fazer ne?(Professora 19 – rede estadual)

É importante que os dois determinantes apontados não sejam analisados de forma isolada, mas de acordo com o contexto político e social em que estes trabalhadores estão inseridos. Assim sendo,

é fundamental a análise da influência do papel do Estado e das políticas públicas fomentadas para educação nos últimos anos na organização do trabalho docente, chamando atenção para sua relação com a vida e saúde dessa categoria de trabalhadores. As falas dos sujeitos da pesquisa apontaram pontos positivos e negativos em relação às alterações trazidas pelas reformas educacionais nos últimos anos.

De acordo com os depoimentos dos professores podemos destacar como pontos positivos: a melhora do processo de ensino/aprendizagem, associada à liberdade proferida aos educadores para pesquisarem e utilizarem novas metodologias de ensino e o uso das tecnologias. Já os aspectos negativos superam os positivos, no que concerne ao número de vezes em que são evidenciados nas falas dos docentes. Destes podemos destacar três grupos: aqueles relacionados propriamente às condições de trabalho do professor: aumento da carga horária, aumento da burocracia, aumento das cobranças em relação ao desempenho dos alunos. Aqueles relacionados ao sistema de avaliação dos estudantes: introdução do sistema de ciclos que, de acordo com os depoimentos dos sujeitos, gera diminuição do índice de reprovação, mas não ocorre elevação do índice de aprendizagem. E por último aqueles associados à relação professor/aluno: perda do controle da sala de aula gerando um aumento do nível de indisciplina e desrespeito por parte dos alunos. A fala abaixo ilustra a insatisfação dos professores com o aumento das exigências burocráticas.

Eu costumo dizer que a maior dificuldade de ser professora é o tanto de levar pra casa, porque eu acredito que a gente trabalha tanto aqui com as crianças sabe? É um trabalho gratificante, a gente trabalha constante com eles (os alunos), e ainda leva trabalho pra casa, ainda leva uma pauta pra casa. Ainda leva quinzenal pra casa, sabe? Ainda tem que fazer pesquisa, então eu acredito que essa seja minha maior dificuldade. Porque trabalhar em si, nossa é maravilhoso, mas levar pra casa, depois da 5;00h, de madrugada, isso é que acaba com o professor. (Professora 6 – rede municipal)

O aumento das exigências burocráticas em torno da atuação dos docentes e sua contribuição na sobrecarga de trabalho do

professor foi constatada por vários autores nos últimos anos (CONTRERAS, 2002, HYPOLITTO, 1999, 2010; OLIVEIRA, 2002, 2007). Todos ressaltam que as investidas do poder estatal para maior racionalização e controle do trabalho pedagógico, implementadas sob um discurso de favorecer a melhoria da qualidade do ensino, geram um maior número de atividades e afazeres, desgastando e até mesmo prejudicando a atuação dos trabalhadores em sala de aula.

As exigências em torno da adequação dos trabalhadores docentes aos novos métodos de ensino/aprendizagem preconizados tanto pelo Estado quanto pela Prefeitura Municipal também são questionadas e citadas como fonte de insatisfação e de trabalho extra.

Nesse sentido, os professores são “treinados” para corresponder às expectativas do modo de produção capitalista, sendo instituídos os padrões e as métodos a serem seguidos no processo de ensino/aprendizagem. A liberdade de planejamento existe desde que condicionada ou preconizado pelos pacotes de qualificação profissional oferecidos. É o que a autora Dalila de Oliveira (2007, p.368) denomina de “autonomia prescrita e da iniciativa obrigada ou forçada”. Por conseguinte a verdadeira autonomia do professorado é ilusória, e as políticas que dizem instituí-la ou aumentá-la negam na prática o que o discurso oficial promete.

Além disso, os trabalhadores da educação são compelidos a suprir por sua própria conta muitas das deficiências do sistema público de ensino. De forma que apesar de todas as deficiências existentes, eles procuram sempre se justificar e justificar as péssimas condições de trabalho a que são submetidos, como podemos constatar através da fala da professora abaixo:

Bom, bom, não tá não né! Tem questões que podem ser melhoradas...a gente tá tentando melhorar. Questão de infraestrutura da escola, por mais que a gente fale assim que a escola não tem espaço, não tem uma quadra, não tem isso e etc. Se a gente pensar um pouquinho a gente tem um pátio, de vez em quando a gente sai, prepara uma aula diferente, busca alguma coisa diferente. São muitos alunos dentro da sala, ou seja, não dá pra você fazer aquele trabalho maravilhoso, questão de livro, a

gente tem o apoio dos livros, tem alguns DVDs aqui na escola. Eu acho assim, que tem! E o que a gente precisa de tá buscando a gente busca fora, tem, em outras escolas, em colegas que tem, porque aqui é muito pequeno, você sempre tem um amigo noutra escola se ele comentar alguma coisa você troca com ele.

As exigências burocráticas, de qualificação, adaptação a novos métodos de ensino- aprendizagem e desenvolvimento de um trabalho de excelência, apesar das péssimas condições de trabalho, contribuem para o desenvolvimento de um mecanismo de auto-intensificação do trabalho docente. A auto-intensificação é um processo gestado pela precarização do trabalho e concretizado através dos mecanismos de captura da subjetividade docente, levando os educadores a serem obrigados a responder pressões cada vez mais fortes sob condições inadequadas de trabalho. De acordo com Hypolito (2009) a auto-intensificação envolve sete aspectos principais:

- 1º- Redução do tempo livre e descanso
- 2º- Falta de tempo para qualificação e requalificação
- 3º - Sensação crônica de sobrecarga de trabalho
- 4º- Redução da qualidade de tempo, a coletividade do trabalho docente é preterida em favor da individualidade
- 5º- Imposições e incrementos de diversos 'especialistas' passam a cobrir as deficiências pessoais
- 6º- A tecnologia passa a ser vista como forma de se compensar o reduzido tempo de preparo dos educadores
- 7º- Estes processos são vistos como forma de profissionalização e aperfeiçoamento, sendo apoiados e confundidos com profissionalismo.

Essa conjuntura requer um trabalho extra sem limites, onde os trabalhadores e trabalhadoras docentes colocam em segundo plano outras esferas de sua vida, como a familiar, a social e a política, pois o mercado requisita dedicação total a carreira profissional. De forma que a competição se torna a prática mais comum da condução destes aspectos, gerando uma intensa carga de culpa quando não se tem as expectativas atendidas (LÊDA, 2006).

Percebemos que surgem novas demandas, novas tarefas, novas jornadas de trabalho a serem cumpridas. Para uma maior

compreensão da real finalidade de todas estas modificações implementadas no trabalho docente, é imprescindível que estas questões sejam analisadas à luz dos conceitos de Estado e Capital e sua inter-relação regulatória.

De acordo com Mézáros (2009, p.96) o capital é uma “forma incontrolável de controle sociometabólico”, uma estrutura “totalizadora” que manipula e sujeita todas as demais coisas aos seus critérios e interesses. A principal finalidade do capital é a sua expansão e acumulação, mas para que o sistema sociometabólico do capital sobreviva e atinja o máximo de suas potencialidades é necessário que haja uma “estrutura totalizadora de comando político”, capaz de garantir a produtividade do sistema. O Estado tem assumido esta função, de forma que seu fundamento é indissociável da concretização dos objetivos materiais do Capital (MÉSZÁROS, 2009, p.106 e 119).

Capital e Estado estão permanentemente associados, seus objetivos e funções se entrelaçam e se complementam, de forma que todas as crises e transformações estruturais que afetam o capital se refletem também em todas as instituições estatais e seus métodos organizacionais (MÉSZÁROS, 2009). Daí podemos apreender o motivo de uma instituição estatal como as escolas públicas serem controladas e mediadas de acordo com os preceitos desse sistema.

Assim sendo, os docentes das instituições públicas, como trabalhadores assalariados cujo patrão é o Estado, estão submissos às determinações ativas do capital resultando em um processo de trabalho alienado.

Nessa perspectiva a maior parte dos trabalhadores docentes reconhece a relação dialética existente entre seu trabalho e saúde, não ignorando a articulação existente entre os modos de organização e gestão das unidades de ensino e a constituição dos processos saúde-doença delas resultantes. Os professores muitas vezes se sentem cansados, desestimulados, como podemos perceber através da fala sobre a relação trabalho e saúde de uma das participantes da pesquisa.

Eu acho que todo professor ta sentindo isso na pele, essa questão dos dias letivos,.., então assim ta muito difícil para o professor, ta todo mundo cansado, o aluno ta

cansado, o professor ta cansado. Então o rendimento não está satisfatório,... se pelo menos o pessoal da subsecretaria tivesse uma visão do que o professor ta passando na sala de aula, pelo menos trabalharia a questão de voltar aos 180 dias letivos e não cobrar tanto do professor como eles estão cobrando. Interfere sim na saúde, o ano letivo de 180 dias como estava antes, dava pra gente ter um período maior de férias e também a saúde do professor ta muito desgastada, a gente tem que atender uma turma de 45 alunos e só você lá na frente, sem microfone e você tem que falar e a garganta doendo muitas vezes, às vezes você sai da sala de aula com o corpo todo dolorido, porque você tenta passar o conteúdo e ainda tem que fazer com que o aluno fique em silêncio pra ouvir, isso tudo vai gerando uma bola de neve e o professor ta cansado, cansado mesmo!(Professora 18 – rede estadual)

Diante desse processo de intensificação do trabalho docente, as manifestações de problemas de saúde se tornam frequentes e os professores muitas vezes têm que conviver com sinais e sintomas patológicos de diversos tipos enquanto estão em pleno exercício de sua função. Neste estudo verificamos que 79% dos trabalhadores da educação entrevistados já apresentaram algum mal estar durante a realização das atividades em sala de aula. O quadro abaixo demonstra os sinais e sintomas patológicos mais citados e o quantitativo dos docentes acometidos por estas manifestações.

Quadro 1: Manifestações de Sinais e Sintomas patológicos nos trabalhadores docentes participantes da pesquisa.

<i>Sinais e Sintomas Patológicos</i>	<i>Professores acometidos</i>
Estresse/aumento da irritabilidade	37%
Problemas na voz	16%
Tonturas/ mal estar generalizado	26%
Dores estomacais/gastrite	10%
Dores de coluna	10%
Dores de cabeça	16%
Dores nas pernas	16%
Hipertensão/Hipotensão	21%

Fonte: Dados próprios da pesquisa

Percebemos que existe uma relação diretamente proporcional entre o tempo de trabalho como professor e as queixas relacionadas

ao processo de adoecimento docente. Os professores com maior tempo de efetivo exercício na função demonstraram uma maior predisposição a desenvolverem problemas de saúde quando comparados àqueles recém chegados na docência. Os próprios docentes citam essa relação, alguns até se mostram preocupados com o futuro de sua saúde como professor.

A gente vai conversando muito e você vê vários professores falando: ai me desgastei demais, aí às vezes eu fico preocupada como que vai ser o meu amanhã? como que vai ta a minha mente? Como que vai ta a minha ansiedade? Como que vai ta o meu problema de estômago? Como que a minha cabeça vai ta? O cansaço mental daqui há alguns anos, então treze anos ainda eu não tenho o que clamar, mas eu tenho preocupação com o amanhã, como que eu vou estar amanhã. Porque escola é desgastante! (Professora 5 – rede municipal)

O quadro abaixo demonstra os principais motivos explicitados pelos participantes da pesquisa, como fonte de tensão e cansaço no exercício do trabalho docente.

Quadro 2: Principais fatores apontados como fonte de tensão e cansaço no exercício do trabalho docente:

<i>Fatores</i>	<i>Quantitativo professores</i>
Indisciplina/ falta de apoio da família dos alunos	42%
Salas super lotadas	26%
Carga horária excessiva	21%
Cobranças por parte da gestão/secretárias e subsecretária da educação	10%
Aspectos burocráticos: planejamentos de aulas, preenchimento de fichas, pautas...etc	10%

Fonte: Dados próprios da Pesquisa

A relação professor/aluno e as mediações dela resultantes como: indisciplina, desinteresse e agressividade em sala de aula, falta de apoio dos familiares dentre outros, são citadas frequentemente durante os depoimentos dos docentes como fonte de dificuldade,

tensão e estresse no desempenho de suas funções, sendo importantes determinantes nos processos de adoecimento dos trabalhadores da educação.

Existe ainda a falta de apoio dos pais, que estão transferindo suas responsabilidades para os educadores e a escola, culpando os docentes e a gestão quando o filho não vai bem nos estudos ou quando desrespeita ou agride algum professor ou funcionário da instituição escolar.

A maior dificuldade da gente é conseguir atrair o aluno, pra fazer eles gostar da escola, querem aprender. Se você tem uma sala que tem quarenta alunos, se você tiver 10 que realmente tem interesse em aprender é muito. Então é difícil, eu não sei como que a gente consegue a "mágica" pra fazer com esse aluno se interesse, fazer com que ele aprenda alguma coisa, esse é o ponto que eu tenho mais dificuldade, eles gostarem de estudar. (Professora 25 – rede estadual)

Vemos que o desgaste produzido e as dificuldades relacionadas às condições de trabalho, muitas vezes, se refletem na relação com os alunos. Os trabalhadores docentes, diferentes dos demais trabalhadores da sociedade capitalista, possuem como objeto de trabalho o aluno, que é ao mesmo tempo sujeito e objeto, pois participa ativamente do processo de ensino-aprendizagem, sendo ao mesmo tempo consumidor e co-produtor da atividade pedagógica (PARO, 2006). Longe de ter um objeto de trabalho inerte, o educador trabalha com um sujeito-objeto que está em constante movimento e transformação, trazendo em si um conjunto de ações e contradições que refletem as próprias características históricas da sociedade em que este inserido.

A vista das características da subjetividade humana, evidenciadas pela perspectiva marxiana, o educador, o professor, defronta-se com educando, com um aluno concreto, e não simplesmente com um aluno empírico. Isto significa que o aluno, isto é, o indivíduo que lhe cabe educar, sintetiza em si as relações sociais próprias da sociedade em que vive e em que se dá o processo de

sua educação.(...) O aluno depara-se diante dele vivo, inteiro, concreto. E é em relação com esse aluno que ele tem que agir. É esse aluno que ele tem de educar. (Saviani, 2004, p.47)

Assim, alguns alunos reproduzem através de seu comportamento em sala de aula a mesma desvalorização devotada ao professor pela sociedade vigente. Em seu estudo sobre o mal estar docente Paschoalino (2009) constatou que a relação professor-aluno era marcada por um intenso processo de violência, tanto verbal quanto física, desrespeito, indisciplina e falta de interesse para o aprendizado.

A autora ressalta que os docentes não reconhecem esse aluno que está na escola hoje, que por ser fruto de uma sociedade marcada por valores deturpados e processos de exploração e desvalorização humana, desqualificam os professores e desconsideram a escola como um espaço de aquisição de saberes. Os educadores tentam diversas abordagens para alcance dos alunos, mas a maioria se sente desmotivada diante dos conteúdos e as aulas ministradas. Todo esse processo gera uma profunda angústia nos trabalhadores docentes, que sofrem por não sentirem os resultados de seu trabalho, se sentindo incapacitados e desgastados ao se relacionarem com seus alunos.

O professor sente-se perdido diante da sua proposta de trabalho e da falta de uma interação positiva com seus alunos. É um desgaste afetivo que deixa o professor em conflito com seu trabalho, pois sua relação com os alunos não corresponde a seus sonhos e, por mais que se esforce, há quebras nessa relação. (...) se há quebras nessas relações, há perdas desses vínculos afetivos e as relações ficam doentes, morrem, contribuindo para a insegurança, o medo e o isolamento. (PASCHOALINO, 2009, p.68,69)

Os resultados encontrados na presente pesquisa são semelhantes aos relatados por Paschoalino (2009), nota-se nos depoimentos dos professores certa revolta ao se referir a esse aluno que não reconhece a autoridade e a importância do professor em sala de aula:

Eu acho que tá ficando difícil devido o aluno hoje tá mais rebelde, não tem punição pra ele. Por exemplo: Até em um campo de futebol hoje, quando um atleta ou alguém agride um juiz ou outro, ele tem punição. Hoje a gente vê, nos noticiários professor sendo agredido é normal... Eu vejo que não é normal é aquele aluno não ter punição nenhuma... E quando um professor agride um aluno existe uma repercussão muito grande. Quando um aluno agride um professor, não só agressão física, agressão moral mesmo, o que mais acontece? A gente vê aí a mídia, as escolas, punindo o bullying² só por parte de aluno e aluno e professor e aluno. Quando é aluno e professor???... O professor tá sofrendo muito com isso. A banalização da profissão, do professor por falta de respeito com... com a pessoa né? Por traz do professor tem uma pessoa, tem um pai de família que muita das vezes tá levando uma vida... se me permite a palavra até... desgraçada "risos irônicos". (professor 16 – rede estadual)

Emerge da fala dos entrevistados mais um importante determinante para a saúde do professor: a violência escolar. A presença de ações violentas na escola tem se constituído uma situação inquietante para os docentes, que não sabem como agir diante dessa realidade. O depoimento exposto acima confirma estes pressupostos, demonstrando o sentimento de impotência que, muitas vezes, os docentes têm experimentado diante da violência em seu ambiente de trabalho.

O comportamento violento dos alunos torna os professores confusos, que se sentem divididos entre a possibilidade de favorecer um processo de ensino aprendizagem crítico e libertador e o estabelecimento de regras, controles, dominações e punições como forma de contornar a violência manifesta nas salas de aula. Nessa perspectiva, eles passam a questionar a sua atuação como professor e se tornam desorientados e frustrados diante das dúvidas sobre o papel de educar ou reprimir, formar um sujeito consciente ou comandado. (OLIVEIRA e MARTINS, 2007)

2 Bullying é um termo em inglês utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo (bully - «tiranete» ou «valentão») ou grupo de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo (ou grupo de indivíduos) incapaz(es) de se defender (fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bullying>)

Esse processo gera um quadro de profundo desgaste e esgotamento que se traduz em um vazio para sua ação educadora, ocasionando situações de insatisfação, frustração, depressão, medo, angústia e ansiedade culminando em uma exaustão emocional e profissional. Nesse ínterim torna se imperativo para muitos docentes, os afastamentos de seu trabalho por motivos de saúde.

Em relação às licenças médicas, constatamos que 47%, dos docentes participantes da pesquisa já precisaram se afastar de suas atividades por problemas de saúde, sendo os motivos mais citados depressão e estresse. De forma que do restante, 17% afirmaram trabalhar doentes devido às dificuldades burocráticas para se conseguir o direito à licença. Como demonstra o depoimento da professora abaixo:

Eu quero tirar uma licença, e o outro diz: tem que aguardar na fila: primeiro é aquele que ta mais doente, depois aquele que tem mais tempo de escola...primeiro você tem que ta morrendo, as vezes você ta morrendo lá e não consegue tirar sua licença. (Professora 28 – rede estadual)

A relação entre o adoecimento docente e o seu trabalho é percebida por grande parte destes trabalhadores, que trazem as marcas desse intenso processo de exploração a que vem sendo submetidos, em seu próprio corpo. São pessoas que muitas vezes se mostram entristecidas ao falar de seu trabalho, mas mesmo assim não desistem e tentam a todo custo se aperfeiçoar e melhorar o que lhes tem sido cobrado.

Além de eu trabalhar em duas escolas, eu ainda quis correr atrás de mais um diploma, então por exigência, pra me capacitar melhor, pra melhorar minha pratica pedagógica, então porque que eu adoeci? Por causa da minha prática pedagógica. E e aí o que aconteceu? Eu trabalhava durante o dia, chegava de tarde eu ia fazer os planos de aula, dormia um pouquinho de madrugada, levantava pra fazer os trabalhos da faculdade. E aí deuse o que? Uma estafa total, então eu creio que sim, tudo está relacionado... Eu já avisava: hoje eu cheguei mal (na escola), porque doença não é fingimento, então eu

avisava: hoje eu cheguei mal, se alguém puder ficar de olho em mim. Porque essa crise de surto, eu falo surto porque o médico falou, foi um distúrbio mesmo mental que eu tive. Uma depressão muito forte (Professora 6 – rede municipal e estadual)

O depoimento exposto acima é parte da história de uma professora que trabalha tanto na rede estadual quanto municipal, com uma jornada de 60 horas semanais e que, aos finais de semana realizava um curso de aperfeiçoamento profissional em uma instituição de ensino da cidade. Devido ao excesso de trabalho, a professora foi acometida no mês de Junho de 2009 por um surto psicótico extremo, tendo inclusive que ficar internada vários dias para realizar um severo tratamento mental. Apesar da seriedade de seu problema, a docente não pode gozar de licença para tratamento de saúde e retornou às suas funções normalmente nas duas escolas no mês de agosto do referido ano.

Além dos fatores já mencionados, a fala desta trabalhadora nos remete a terceira categoria relacionada ao adoecimento docente: a problemática envolvendo o tempo de trabalho e não trabalho. O tempo de não trabalho está relacionado aos tempos sociais direcionados à cultura, educação, ao convívio comunitário e familiar e à saúde. A precarização das condições de trabalho e a incorporação de novas estratégias ao processo produtivo capitalista fizeram com que o trabalho invadisse momentos fora de seu ambiente formal de produção, ocorrendo um predomínio de seu tempo sobre os demais tempos sociais, o que culmina por deixar o trabalhador constantemente exausto (BRAGA e CANOAS, 2008).

Para os trabalhadores e principalmente as trabalhadoras da educação, essa realidade se torna viva e totalmente presente em seu cotidiano. Pois o tempo que poderia ser livre e destinado à recuperação de determinadas capacidades físicas e mentais é destinado à realização de várias outras atividades relacionadas à sua atuação no ambiente escolar como: elaboração de planejamentos, avaliações, exercícios, preenchimento de fichas, pesquisa, realização de cursos de capacitação, entre outras, fazendo com que haja um sacrifício de suas horas de lazer, sono, alimentação, de convívio familiar em benefício da realização de um trabalho considerado competente e de qualidade.

Além disso, ainda há o tempo relacionado à realização de atividades domésticas que também interfere na recuperação das capacidades físicas e mentais dos trabalhadores. Todos os participantes deste estudo declararam realizar atividades domésticas, de forma que 73% destes manifestaram as dificuldades em conciliar o trabalho realizado em casa com as exigências da função docente. Como demonstra o depoimento transcrito abaixo:

Eu sou dona de casa também, lá em casa eu faço tudo, eu tenho uma filha que já ajuda, mas eu lavo, passo, cozinho eu faço tudo. Ahh é difícil, as vezes tem dias que você quer planejar alguma coisa diferente, fazer alguma coisa diferente, mas os afazeres de casa, as vezes tomam tanto tempo que você não tem condições de ta planejando uma coisa melhor. (Professora 8 – rede municipal)

Os empecilhos dessa conciliação foram manifestos pelas professoras casadas e com filhos, ou solteiras e com filhos. A pesquisa realizada por Cláudio Deddeca (2004) sobre o uso do tempo no capitalismo mostra que apesar de as mulheres apresentarem uma tendência a exercer uma menor jornada de trabalho remunerada, elas possuem uma jornada total superior à dos homens, devido a uma demanda de afazeres domésticos, que em média, é três vezes superior àquela realizada pelos homens. Essa maior responsabilidade se traduz em um uso do tempo profundamente desigual entre homens e mulheres. Por conseguinte, um menor tempo de não trabalho é observado para as mulheres e, em especial, para aquelas com filhos com até 15 anos.

Essa “falta de tempo”, a intensificação do trabalho e conflituosa relação professor/aluno acabam por provocar uma estafa física e mental, que podem contribuir para manifestações de sintomas patológicos. Verificamos que não existe um perfil único de adoecimento, mas vários estudos apontam as condições de trabalho como fonte de profundo desgaste para a vida e saúde dos professores (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; PASCHOALINO, 2009; PORTO et al, 2004; REIS, et al; 2005; DELCOR, 2004).

A síndrome da desistência ou Burnout é uma das manifestações mais contundentes da ação conjunta de todos estes elementos

e tem afetado um número nada desprezível de trabalhadores docentes no Brasil. Codo (1999) alerta que de uma amostra de quase 39 mil trabalhadores da educação em todo país, 48% da população estudada apresentou um quadro compatível com a síndrome.

Quando analisados a luz da Teoria Marxiana os três fatores responsáveis pela manifestação da doença, que de acordo com Codo (1999) são: exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento pessoal com o trabalho desenvolvido, podem ser explicados pelo conceito de Trabalho Alienado.

De acordo com Marx (2001) conceito de alienação tem quatro aspectos principais:

- a) Aliena a Natureza humana
- b) O trabalho se torna alheio e hostil ao trabalhador
- c) Aliena o homem de seu "ser genérico"
- d) Provoca o estranhamento do homem frente aos outros homens

Ao se submeter a um trabalho alienado o trabalhador é degradado espiritualmente e materialmente, perde sua espontaneidade e capacidade criativa, torna-se controlado, engessado dentro de uma lógica que não o satisfaz. O produto de seu trabalho não lhe pertence, nem é produzido de acordo com seus interesses. Além disso, a alienação do trabalho provoca uma cisão entre o vínculo do homem com a natureza e com sua essência humana genérica. Assim, a vida do indivíduo em si e para si, torna-se mais importante que a vida da própria espécie humana. Surge, então, uma nova forma de relação social, pautada na competição exacerbada, onde a identidade do sujeito com uma coletividade é deteriorada e as relações humanas atomizadas.

Nesse sentido, o homem diante do trabalho alienado perde sua natureza humana, persistindo apenas suas características comuns aos animais, pois o trabalho que antes constituía a própria vida humana, agora se torna apenas um 'meio de vida', ou seja, simplesmente uma maneira de se adquirir objetivos essencialmente animais como beber, comer ou se reproduzir. "O homem só se sente livremente ativo nas suas funções animais, enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano, animal. (MARX, 2001, p. 114/115)

A alienação do trabalho se dá na produção e daí afeta todas as outras esferas da vida do indivíduo, o que leva a premissa marxiana de que a alienação do trabalho é a fonte de todos os outros complexos de alienação. A partir dessa premissa podemos correlacionar os aspectos do trabalho alienado caracterizados por Marx (2001) e a Síndrome de Burnout pesquisada por Codo (1999), em um exemplo de como o processo de alienação do trabalho pode interferir na saúde dos indivíduos.

A exaustão emocional é correlata do sentimento de passividade, impotência e sofrimento com o qual o trabalhador encara a realização de sua própria atividade, pois a mesma lhe é uma coisa estranha, que não lhe pertence. A despersonalização se refere à alienação do homem frente aos outros homens, ou seja, cada ser humano passa a encarar o outro de acordo com os mesmos padrões e relações nos quais se encontra como trabalhador: competição, individualismo, desumanização. E o terceiro aspecto enunciado como característica da síndrome de Burnout, a falta de envolvimento pessoal com o trabalho desenvolvido é o mais contundente em relação ao trabalho alienado. Já que de acordo com Marx (2001, p. 114) a exterioridade do trabalho desenvolvido traz o sentimento de que este não é o seu trabalho, mas o de outro, assim o caráter alheio e estranho do trabalho realizado resulta visivelmente do fato do trabalhador "fugir do trabalho, como da peste." Como se envolver pessoalmente com um trabalho que não lhe pertence?

Por conseguinte, o adoecimento dos professores esta imerso em um conceito muito mais amplo de trabalho, que engloba tanto a precarização quanto a captura da subjetividade do sujeito, envolvendo as condições objetivas e subjetivas das práticas pedagógicas desenvolvidas no interior da escola, que manifesta as contradições do sistema societal do capital e explica o sentimento de desprezo e amargura com que o trabalho é tratado na sociedade capitalista: a alienação do trabalho.

Assim sendo, todos os determinantes do processo de trabalho docente apontados deixam clara a relação entre saúde e doença dos professores da rede pública de ensino. Vimos como essa relação perpassa necessariamente as demandas do "Sistema Sociometabólico do Capital" (MÉSZÁROS, 2009, p. 106) e como o Estado tem interesse direto em propiciar as condições adequadas

para que a produção capitalista atinja seus objetivos de acumulação e expansão via políticas públicas voltadas para educação.

O excesso de exigências, a necessidade constante de qualificação/re-qualificação, os conflitos inerentes a relação professor/aluno/gestão escolar, tanto a nível municipal quanto estadual; a falta de recursos e materiais didático-pedagógicos; a desqualificação compulsória de sua pessoa enquanto trabalhador, entre outros fatores, criam um ambiente propício ao desenvolvimento de diversos processos de adoecimento docente. O que expõe um quadro, no qual grande parte dos trabalhadores da educação, devido aos diversos impasses burocráticos e falta de apoio da administração pública estatal, são obrigados a trabalhar doentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de análise dos dados resultantes da pesquisa empírica trouxe a tona três categorias centrais para compreensão do processo de adoecimento docente: dificuldades relacionadas às condições concretas de trabalho, os conflitos inerentes a relação professor/ aluno e dinâmica tempo de trabalho e não trabalho.

A reflexão a respeito dessas categorias nos levou a constatar os seguintes determinantes sociais relacionados à saúde e adoecimento dos trabalhadores docentes: excesso de alunos nas salas de aula; aumento da carga horária de trabalho; aumento das exigências burocráticas; auto-intensificação do trabalho docente; indisciplina, desinteresse, desrespeito e agressividade dos alunos em sala de aula; redução do tempo de não trabalho para descanso e lazer. Todos esses aspectos mobilizam constantes esforços que são, ao mesmo tempo de resistência e adaptação, na construção da saúde dos professores.

Levando-se em consideração os determinantes citados anteriormente, em um primeiro momento podemos ser levados a associar o adoecimento da categoria docente exclusivamente aos aspectos relacionados às suas condições imediatas de trabalho. Porém, quando dedicamos um olhar mais atento aos aspectos envolvidos nessa realidade, verificamos que estas condições foram historicamente construídas, sendo produto de uma sociedade que preconiza uma gama de políticas públicas educacionais implementadas de acordo com os interesses da acumulação do

capital, sem levar em consideração os seres humanos concretos que trabalham e lutam pela escola pública brasileira.

Assim sendo, ao articularmos os determinantes encontrados com o arcabouço teórico –conceitual adotado, percebemos que há uma estreita relação entre a saúde docente e a precarização do trabalho. No entanto, ao nos debruçarmos ainda mais sobre todos os conflitos e contradições que envolvem a constituição atual do trabalho docente e o adoecimento do professor, percebemos que todos os elementos anteriormente citados estão contidos em um único conceito, que engloba tanto as condições de trabalho, as políticas públicas e a saúde do trabalhador: a alienação do trabalho.

A alienação do trabalho faz com que os homens desenvolvam relações mútuas alienadas, onde cada um se encontra do mesmo modo alienado de sua natureza humana. Desse modo, surge um indivíduo empobrecido sobrevivendo em uma sociedade fragmentada, na qual o trabalho, que deveria ser atividade vital, se torna um simples meio de vida, escravo do salário, gerando um sujeito movido por intensos conflitos e sofrimento, encarando seu trabalho como instrumento de tortura e dor.

Portanto, se a saúde docente está intimamente ligada aos processos de trabalho desenvolvidos no interior da escola, e estes processos são manifestações do modo de produção capitalista, que só pode se manter através da realização de um trabalho alienado, que desumaniza e deteriora o ser humano, então a saúde do trabalhador docente é antes de tudo resultado da alienação de seu trabalho. E através da alienação do trabalho podemos explicar a origem da atual conjuntura de sofrimento, mal-estar e desvalorização do professor.

Assim sendo, a alienação do trabalho é um conceito que pode explicar a manifestação de sintomas patológicos nos docentes. De forma que, partindo das particularidades para a totalidade evidenciamos que as condições políticas, sociais e econômicas, manifestas por meio das políticas públicas para educação e a precarização do trabalho docente no modo de produção capitalista, trazem alterações nas condições de vida e trabalho dos professores e exercem um efeito importante sobre o processo saúde-doença dessa categoria de trabalhadores.

WORK AND TEACHING ILLNESS: TENSIONS AND CONFLICTS

ABSTRACT

This study discusses the relationship between work and health of teachers teaching in the current situation of insecurity and alienation of labor. To this end we start from the reality experienced by teachers and thought of two public institutions in city of Goiás, a network of state and other municipal, measured in an empirical data collection through questionnaires, semi-structured interviews and observations of everyday life of institutions. We can infer that casualization and intensification of the working conditions of teachers, resulting from a process of alienation contribute to manifestations of health problems become frequent and teachers often have to live with pathological signs and symptoms of various kinds.

Keywords: Workers Teachers. Health. Alienation Work

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. M. et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.11,n.4, p.1117 -1129, 2006.
- BRAGA, A.M.; CANÔAS, J.W. Reflexões acerca do tempo de não trabalho. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v.177, n. 2, p. 27-45, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. VIII Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1986
- CODO, Wanderley. Educação: carinho e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 432p
- CONTRERAS, Jose. Autonomia de Professores. São Paulo: Cortez, 2002
- DELCOR, N.S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 187 -196, jan-fev, 2004.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, A.A. et al (org). Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT Brasil, 2004. 144p

ENGUIITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILLI, Pablo A.A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p.93-110.

FONSECA, Marília. Banco Mundial como referência para a justiça social no mundo: evidências do caso brasileiro. In: Revista de Educação da USP, vol.24, jan/jun, 1998.

GASPARINI, S. M; BARRETO, S. M; ASSUNÇÃO, A. A. O Professor as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

HYPOLITO, A.M. Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado. In: VEIGA, I.P.A (org.) Desmitificando a profissionalização do magistério. Campinas, SP: Papyrus. 1999.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, J.S; PIZZI, L.C.V. Reestruturação curricular e auto intensificação do trabalho docente. Currículo sem fronteiras, v.9,n.2,p.100-112, jul/dez.2009.

LÊDA, D.B. "Correndo atrás": As repercussões da economia capitalista flexível no cotidiano do trabalho docente. In. Anais VI Seminário da REDESTRADO – Regulação Educacional e Trabalho Docente, 06 e 07 de novembro de 2006

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2001. 198p

_____. O capital. Livro I, capítulo VI (Inédito). Livraria Editora Ciências Humanos Ltda. São Paulo, 1978.

MESZÁROS, Istvan. Para Além do Capital. 3ºed. Boitempo, 2009

NORONHA, O. M. Globalização, Mundialização e Educação. In: LUCENA, C. (org). Capitalismo, Estado e Educação. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p.13-42

OLIVEIRA, D.A. Mudanças na organização e gestão do trabalho na escola. In: OLIVEIRA, D.A e ROSAR, M.F.F. Política e Gestão da educação. Belo Horizonte: Autentica, 2002.

_____. Educação básica. Gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto latino-americano. Educ. Soc., Campinas, v.28, n.99, p.355-375, maio/ago. 2007. Disponível em : <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 20/01/2011.

Trabalho e adoecimento docente... - Kamilla Pereira Borges

OLIVEIRA, É.C.S.; MARTINS, S.T.F. "Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra". *Psicologia & Sociedade*; v.19, n.1, p. 90

PARO, V.H. *Administração Escolar: introdução crítica*. 14ªed. São Paulo: Cortez, 2006

PASCHOALINO, J.B de Q. *O Professor desencantado; matizes do trabalho docente*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2009. 152p.

PORTO, L.A et AL. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT). *Rev. Baiana de Saúde Pública*, v.28, n.1, p.33-49, jan-jun, 2004.

REIS, E.J.F.B. et AL. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da conquista, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.21, n.5, p. 1480-1490, set-out. 2005.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez: autores associados, 1983

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica*. 7ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. *Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade*. In. DUARTE, Newton (org). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 21- 52

SILVA, Andréia Ferreira da. *Plano de desenvolvimento da Educação: avaliação da educação básica e desempenho docente*. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 35, n.2, p.415-435, jul/dez. 2010.

SILVA, H.L.F da. *As trabalhadoras da educação infantil e a construção de uma identidade política*. 2006. *Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás*.

Aprovado em julho de 2014

Publicado em setembro de 2014